



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 6.714, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023.

Concede subvenção econômica nos termos que especifica, altera a lei de diretrizes orçamentárias e dá outras providências.

Dr. Israel Domingues, Prefeito do Município de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção econômica visando subsidiar a tarifa, reduzindo o valor da passagem ao usuário do transporte público coletivo municipal.

§1º O valor subvencionado ao transporte coletivo de passageiros corresponderá à diminuição do valor da passagem para o usuário, considerado o valor da tarifa fixada para o transporte público, sendo obedecido o seguinte critério, considerado o déficit entre o valor da tarifa fixada e o valor da tarifa remunerada:

I- valor de subsídio tarifário de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) por passageiro pagante em Bilhete Eletrônico; e

II- valor de R\$ 0,80 (oitenta centavos de real) por passageiro pagante em dinheiro, assim considerado o déficit entre o valor da tarifa de remuneração e a tarifa pública.

§2º No caso de beneficiários com desconto na tarifa do transporte público, nos termos da legislação vigente, será considerado o valor de 50% da subvenção prevista no inc. I deste artigo.

§3º Para fins de apurar a parte variável, o Departamento de Trânsito e Mobilidade analisará o relatório mensal do fluxo de passageiros registrado no sistema de bilhetagem previsto no edital de concessão.

Art. 2º A subvenção econômica a ser transferida à empresa concessionária, relativo à parte variável custeada terá como base o quantitativo de passageiros transportados e será concedido até o limite de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) mensais.

Art. 3º Fica incluído na Lei Municipal nº 6.565, de 05 de julho de 2022, e Lei nº 6.692, de 14/07/2023, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios de 2023 e 2024, o seguinte dispositivo:

“Art. 18-A. Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração. X

Art. 4º Para atender as despesas decorrentes desta lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais especiais, no exercício de 2023, até o limite de R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos reais) obedecida a seguinte classificação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

ÓRGÃO: 01:04 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE: 01.04.40 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO E MOBILIDADE

Funcional	Programação	CAT Econ	Grupo de Nat. De Desp	Mod de Aplic.	Elem. De Desp.	Fte	Especificações	Valor R\$
Função/Subfunção	Programa/ação							
26							Transporte	
26.782							Transporte Rodoviário	
26.782	0016						Pinda - Mobilidade com modernização	
26.782	0016.1016						Mobilidade Urbana	
		3					Despesas Correntes	
		3	3				Outras Despesas Correntes	
		3	3	60			Aplicações Diretas	
		3	3	60	45		Subvenções Econômicas	
						93	Superávit	2.400.000,00

Parágrafo único: Em decorrência do disposto no *caput* deste artigo, considera-se modificado o anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 6.630, de 22/12/2022, e Lei nº 6692, de 14/07/2023 - e também os anexos do Plano Plurianual, Lei nº 6.490, de 11/11/2021, com a inclusão da ação.

Art. 5º O recurso para cobertura de crédito autorizado no art. 4º desta lei será proveniente de abertura de crédito de parte do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2023, no valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos reais).


Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei para o próximo exercício correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

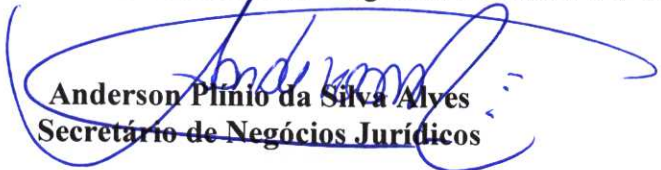
Pindamonhangaba, 14 de setembro de 2023.


Dr. Isael Domingues
Prefeito Municipal


Cláudio Marcelo de Godoy Fonseca
Secretário de Finanças e Orçamento


José Vidal de Souza França Filho
Secretário de Adjunto respondendo pela
Secretaria de Segurança Pública

Registrada e Publicada na Secretaria de Negócios Jurídicos em 14 de setembro de 2023.


Anderson Plínio da Silva Alyes
Secretário de Negócios Jurídicos

SNJ/app/Projeto de Lei nº 182/2023